1 empregada	1.620\$00
1 contínuo	2.040\$00
1 cobrador, 20 por cento sobre a receita da cobrança.	

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.
 Paços do Governo da República, 27 de Maio de 1935. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Henrique Linhares de Lima.

Decreto n.º 25:410

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal do Asilo de Nossa Senhora do Carmo da Lapa, da cidade de Lisboa, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 escriturário	600\$00
1 criada	1.800\$00
1 cobrador	150\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.
 Paços do Governo da República, 27 de Maio de 1935. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Henrique Linhares de Lima.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria n.º 8:115

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que se adoptem, para execução do artigo 3.º e § 1.º da lei n.º 1:901, de 21 de Maio de 1935, os modelos anexos, sendo o n.º 1 para os funcionários e contratados do Estado e dos corpos e corporações administrativas e o n.º 2 para os que pretendem ser providos em qualquer cargo público.

Só terão validade e poderão ser aceites os termos ou declarações que constem dos modelos fornecidos pela Imprensa Nacional.

Ministério da Justiça, 27 de Maio de 1935. — O Ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior.

MODÉLO N.º 1
 Preço \$10

N.º 617 do catálogo-Diversos
 (Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)

(a) ...

(b) ...

Nome (em letra legível) ...

Lugar que exerce ...

Nos termos do § 1.º do artigo 3.º da lei n.º 1:901, de 21 de Maio de 1935, declaro, sob minha palavra de honra, que não pertenço nem jamais pertencerei a associações ou institutos secretos, como são definidos no artigo 2.º da lei acima mencionada.

..., ... de ... de 193 ..

Declaro que a presente assinatura foi feita na minha presença.

(Assinatura do chefe respectivo)

...

(a) Ministério, corpo administrativo ou corporação administrativa.
 (b) Direcção, repartição, serviço ou estabelecimento.

MODÉLO N.º 2
 Preço \$10

N.º 618 do catálogo-Diversos
 (Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)

(a) ...

(b) ...

Nome (em letra legível) ...

Lugar que pretende ...

Aos ... dias do mês de ... de mil novecentos e trinta e ... compareceu perante mim (c) ..., estando presentes as testemunhas abaixo indicadas, o Sr. ..., o qual declarou, sob sua palavra de honra, que não pertence nem jamais pertencerá a associações ou institutos secretos, como são definidos no artigo 2.º da lei n.º 1:901.

Testemunhas presentes: (d) ... e ...

(Assinatura do funcionário)

...

(Assinatura do declarante)

...

(Assinatura das testemunhas)

...

...

(a) Ministério, corpo administrativo ou corporação administrativa.

(b) Direcção, repartição, serviço ou estabelecimento.

(c) Nome e cargo que exerce.

(d) Nomes das testemunhas, indicação de serem maiores ou emancipadas, e do seu estado e profissão.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Lei n.º 1:918

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Ensino primário rural

BASE I

O ensino primário nas escolas rurais compreenderá noções gerais de agricultura, quanto possível adaptadas à actividade agrícola das regiões em que essas escolas funcionem.

BASE II

Os fins e métodos do ensino rural serão definidos em instruções elaboradas e expedidas por acôrdo entre as Direcções Gerais do Ensino Primário e do Ensino Técnico.

As noções gerais de agricultura a ministrar nas escolas rurais obedecerão especialmente ao duplo objectivo de criar no espírito da criança o amor à terra e aos trabalhos do campo e de lhe facultar os conhecimentos rudimentares tendentes à compreensão dos fenómenos e operações que interessam à vida agrícola.

BASE III

O Ministério da Instrução Pública estudará, pelas Direcções Gerais do Ensino Primário e do Ensino Técnico, a forma de preparação do pessoal docente a utilizar no ensino agrícola que deve ser ministrado nas escolas rurais.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Maio de 1935. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação.